REPETIÇÃO, EXCLUSÃO E NARRATIVA: A DIMENSÃO LITERÁRIA DA HISTÓRIA E A LITERATURA COMO OBJETO POSSÍVEL DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

Manuela Aguiar Araújo de Medeiros*

RESUMO

A literatura e o conceito modernidade nortearão esse trabalho a fim de compartilhar e/ou analisar a história em sua dimensão literária e a literatura como objeto possível de investigação histórica tendo como exemplo a obra As Flores do Mal, de Charles Baudelaire. Assim, pretende-se estudar de que forma a literatura traz importantes mutações do objeto da história e do métier do historiador, pois passamos a lidar com outra linguagem, com sinestesias estéticas, com novas formas de ver e dizer o passado. Derrida, Dominique Maingueneau, Albuquerque Júnior, Michel Foucault, Deleuze dialogam com essa proposta e trazem para o historiador outra percepção de obra e autor: Não são abstratos, invariáveis ou universais, porque os lugares sociais ou as instituições nas quais os autores produzem obras são muito variáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Literária; História; Charles Baudelaire.

ABSTRACT

The literature and the modern concept guide this work to share and / or review the history in its literary and literature as a possible object of historical research and as an example The Flowers of Evil, Charles Baudelaire. So, the objective is study how the literature brings important changes of the object's history and the historian's métier, because we are dealing with another language, with aesthetic sinestesia, with new ways of seeing and telling the past. Derrida, Dominique Maingueneau, Albuquerque Júnior, Michel Foucault, Deleuze talk and bring it to a different perception historian and author of work: They are not abstract, universal or invariable, because the social places or institutions in which the authors produce various possibilities of studies.

Key-words:

Certa vez René Welleck e Austin Warren afirmaram, num livro que se tornaria um clássico da Teoria literária, que "a literatura não pode sequer ser 'estudada', apenas podemos lê-la, gozá-la, apreciá-la" (WELLEK & WARREN, 1976, p. 14). Tal "gozo" e apreciação, se submetido a uma perspectiva histórica e sociológica, de uma história e de uma sociologia das instituições que fundamentam e fazem circular os gêneros do discurso, dentre eles a literatura, pode, por hipótese, nos dar a base da discussão que intentamos empreender aqui, a de observar como a Obra *As Flores do Mal* de Charles Baudelaire, dialoga com a literatura e com a história a partir de dois grandes eixos: 1) análise do conceito de modernidade pela teoria literária; 2) e o outro, as práticas discursivas que na

* Universidade Estadual da Paraíba. Mestre em Literatura

obra e autor se configura percebendo esses dois saberes entre regimes e tradições diversas que se situam em lugares diferentes da produção cultural.

Assim, definida até o século XVIII como sinônimo de instrução com uma finalidade pedagógico-moralista e "relativo à arte de escrever e ler, ou ainda gramática, alfabeto, erudição, etc." (SILVA, 1973, p. 22), a literatura se legitimaria ao longo do "breve século XX" como linguagem que transmite uma diferença discursiva exatamente no momento em que o discurso histórico se especializava acompanhando o desenvolvimento da ciência indutiva e experimental. Neste período, Roman Jakobson (1991, p. 31) dá ares de cientificidade ao postular o conceito de literariedade, aquilo que faz de certos escritos literários, demarca a diferença do discurso literário em relação ao discurso comum e postula "a existência de uma função poética (ou estética, ou estilística, ou formal, etc.) da linguagem, situada no mesmo plano de uma função referencial, de uma função emotiva" (SILVA, 1991, p. 31). Sob este aspecto, o que se constrói é uma espécie de identidade individualizadora da literatura que, em contraste com a história, não pode ser verificada, documentada, mas apenas explicada: "Negando que a erudição literária seja uma ciência, insiste no caráter pessoal da 'compreensão' literária e na 'individualidade' – ou mesmo na 'unicidade' – de toda e qualquer obra literária" (WELLEK & WARREN, 1976, p. 17-18).

A radicalidade instigante da posição de vanguarda dos estudos literários dos formalistas russos levou alguns de seus seguidores a estabelecer um conceito de literatura como uma verdade contextualmente fechada. A linguagem literária vai sendo constituída como autônoma. Autonomia que acompanha o processo de profissionalização dos diversos campos do saber no ocidente a partir do século XIX e que culmina nas relações de similaridade e diferença da literatura e da arte ou, dito de outro modo, da literatura como forma de arte. Beleza e literatura, então, se combinam e Vitor Manuel, ao historicizar o processo de construção de um conceito e de uma prática da literatura, dá o exemplo de Karl Philip Moritz que "afirma que a obra de arte é um microcosmo, um todo orgânico, completo e perfeito em si mesmo e que é precisamente belo porque não tem necessidade de ser útil (Citado por SILVA, 1973, p. 81). Ou seja, o poético e, por extensão, o literário, são conceituados a partir do sentir, dos mistérios do sobrenatural, dos enigmas da vida, da contemplação da beleza. A beleza como uma obrigação do poema e como Vitor Manuel ressalta uma discussão da poesia e da literatura sem se adulterar com contatos impuros, pois assim ela preserva cada vez mais sua grandeza estritamente estética e que pode vir a oferecer "ao homem uma via luminosa de depuração das paixões e de libertação interior" (SILVA, 1973, p. 92). Complementando o que Vitor Manuel fala da literatura com contatos impuros, temos Pascale Casanova ao ressaltar que há uma "república internacional das letras" (CASANOVA, 2002, p. 26) com suas singularidades de funcionamento. Uma república que tem uma história marcada por violências, por hierarquias, ou seja, uma construção

histórica que convencionalizou uma instituição literária a partir de silenciamentos, exclusões. Uma construção que passamos a questionar de onde vem como funciona, para que e por que.

É nesse sentido que a obra de Charles Baudelaire será analisada. Como uma construção histórica estabelece lugares predefinidos para o literato nesta "república internacional das letras" que Casanova comenta e de que forma se institucionaliza a literatura como bela, fechada em si. O que se estuda aqui é a dicotomia presente nessa prática discursiva literária e de que forma o poeta foi construído como um maldito, marginal quando não fala do projeto de nacionalidade francês do século XIX: do império, do trabalho escravo, das colônias. Assim, esse estudo da república internacional das letras passa a ser questionado e estudado, segundo Casanova, a partir do momento que estabelecemos um diálogo com sua construção, ao deixarmos esse lugar do invisível, da "uma fábula de um universo encantado, reino da criação pura, melhor dos mundos onde se realiza na liberdade e na igualdade o reinado do universal literário" (CASANOVA, 2002, p. 26). Um universal literário que oculta singularidades históricas que são fundamentais para entendermos sobre a instituição literária e seu espaço/lugar literário mundial chamado de capital cultural ou civilização que permeia a literatura num mercado específico que lhe abriga e dá valor: o valor literário.

Esse valor está no que vemos constantemente no nosso dia-a-dia: aqueles textos que representam e/ou legitimam uma história nacional e que passam a ser patrimônio e chamados de clássicos ou canônicos, tornando-os intemporais e criando, assim, o seu próprio mercado. Um exemplo de maior referência a esse mercado é o nome daquele que escreve que quando é reconhecido passa a ocupar o tão "famoso" e "desejado" mercado literário para, finalmente, ter um valor literário. Por isso passamos a entender que essas práticas literárias como norma reconhecida como legítima para todos se naturalizou de uma forma tão intensa que se delimita que lugar a literatura ocupa: um lugar do "universo encantado" que apenas alguns podem e se instituem com o poder de dizer o que é ou não literário. Baudelaire e sua obra no período que foi escrito não participavam da república internacional das letras e como Foucault já destacou

> cada novo ato literário – de Baudelaire, de Mallarmé, dos surrealistas – implica, ao menos, quatro negações, recusas, tentativas de assassinatos: primeiro, recusar a literatura dos outros; segundo, recusar aos outros o próprio direito de fazer literatura; finalmente, recusar fazer ou dizer, no uso da linguagem literária, outra coisa que não o assassinato sistemático da literatura (FOUCAULT, 1999, p. 143)

É com Michel Foucault que a análise da Paris de Baudelaire está associada a um processo político-histórico que exclui, assassina aqueles que não fazem parte de uma proposta política e essa recusa é que faz ser literatura, segundo o autor. Por isso, é

historicamente muito importante saber o que é a nova forma de linguagem que aparece a partir do século XIX que institui esse saber com normas, regras para o fazer literatura ao ponto de recusar e/ou assassinar o direito de fazê-la. Foucault fala da construção dessa instituição literária como uma correlação e como é construída a partir de outros enunciados que são excluídos a ponto de falarmos numa política de silenciamento: uma construção baseada na violência e nas exclusões. Entender, então, a construção desse discurso é tentar "mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar?" (FOUCAULT, 1999, p. 31-32).

Entender historicamente esse lugar é de que forma ela se constituiu em relação a outros discursos, como foi construído o seu "modo de organização, coesão discursiva, a constituição no sentido de estruturação de elementos que compõem uma totalidade textual" (MAINGUENEAU,2006, p. 62). Um lugar que, segundo Dominique Maingueneau, tem um funcionamento e circulação que muitas vezes são necessários serem estudados a fim de que se perceba a complexidade dessa construção do discurso. Um discurso que no âmbito literário não é isolado já que os enunciados que produzem não estão dissociados de todo um aparato que rege a sociedade: como instituições acadêmicas, as livrarias, os bibliotecários, os professores, os críticos, os alunos. Por isso ele fazer menção a essa atividade de enunciar o que é a literatura como uma associação do modo de dizer, de circular e sua função numa dada sociedade. Perceber a elaboração desse dispositivo enunciativo do discurso literário nos coloca frente ao que o autor fala sobre a localidade paradoxal da literatura que como discurso constituinte;

> Não é ausência de lugar, mas uma difícil negociação entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que retira vida da própria possibilidade de estabilizar-se. Sem localização, não há instituições que permitam legitimar e gerir a produção e o consumo de obras, mas sem deslocalização, não há verdadeira "constituência" (MAINGUENEAU, 2006, p. 68)

Uma constituência que é discutida com a obra de Charles Baudelaire pela difícil negociação do lugar da literatura já que é uma elaboração de discurso que se amplia e não fecha em si mesmo, pois muitos outros participam da construção de sua legitimação. Uma constituência que tem como característica essa paratopia (a negociação do lugar e do não-lugar), mas é de suma importância para entendermos o universo literário já que essa localização, que é tão necessária para sua sobrevivência, não está dissociada de sua atividade de enunciação deste. E que, para poder existir esse lugar do poeta, do literato, da linguagem da beleza é necessário toda uma estrutura de enunciação que legitime a literatura. Daí Maingueneau ressaltar que ao estudar esse tipo de discurso constituinte devemos estudar não apenas os autores, mas também todo um aparato como foi dito anteriormente e que ele chama de "papéis sociodiscursivos encarregados de gerir

enunciados" (MAINGUENEAU, 2006, p. 69). É, então, a dessacralização da literatura como todo o processo de construção do que é e não é literatura e como uma obra é escolhida para funcionar na região ou no campo da linguagem qualificada de literária. A partir dessa proposta de estudo e análise o que temos é a relação de Baudelaire com o seu lugar que o constrói como o excluído, à margem, fixando sua fronteira social, colocando em debate a chamada interioridade silenciosa e de como a instituição literária interioriza a idéia de lugar, de enunciação, de obra, de escrita. Assim Baudelaire foi construído, assassinado, excluído e pensar a obra como construção de discurso é analisar como

> a obra (...) impõe a si mesma determinadas marcas que provam a si mesma e aos outros que se trata de literatura. Esses signos, reais, pelos quais cada palavra, cada frase indicam que pertencem à literatura, é o que a crítica recente, desde Barthes, chama de escrita. A escrita faz de toda obra como que uma pequena representação, algo como um modelo concreto da literatura. (FOUCAULT apud. MACHADO, 2001, p. 146).

Assim, ao historiador, cabe perceber como o literato cria as sinestesias estéticas (MAINGUENEAU, 2006, p. 15) pelas redes de metáforas institucionalizadas para este saber. E, principalmente que enquanto discurso participa, do que Foucault fala, da materialidade desse saber, ou seja, é o que lhe dá visibilidade à linguagem que transgride, que assassina. A escrita na literatura passa a ter um caráter que, segundo ele, é muitas vezes obrigada a ter um padrão para exemplificação. O lugar convencionalizado à literatura faz com que observemos a códigos, práticas estabelecidas e/ou construídas. E estabelecer um debate sobre essa construção é perceber como o discurso

> nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante se seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma de discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1999, p. 49).

O que se propõe perceber é como essa *interioridade silenciosa* passa a ser construída em relação ao que é literatura. Como é interiorizada a idéia de seu lugar, sua definição que tem como enunciação a obra, a escrita. Um discurso que precisa se deslocar para se constituir, que precisa estabelecer fronteiras *para tomar forma de discurso,* como comenta Foucault. E a partir dessa prática de poder construir uma consciência de si em forma de obra que enuncia o que vem a ser literatura e que ali ela está presente. Assim, passou a ser construída a idéia de que "na literatura só há um sujeito que fala, só há um que fala, o livro (...) essa coisa na qual Sade foi (...) enclausurado e na qual também nós estamos" (FOUCAULT, 1999, p.154).

Desta forma, passamos a questionar e muitas vezes entrar na discussão de quais elementos atuam como suporte que venham a significar literatura assim como as regras que passam a serem elaboradas para sua significação circular. Segundo Foucault, esse lugar

do livro na literatura passa a ser importante a partir do momento que a retórica não mais existe no final do século XVIII e que somente depois de quatro séculos da sua invenção a literatura veio a se utilizar desse suporte. Assim, "a essência da literatura, no sentido estrito do termo, a partir do século XIX, não vai ser encontrada no teatro, mas no livro" (FOUCAULT, 1999, p.153) E a partir daí passamos a compreender historicamente essa prática literária perante a luta constante de produção de enunciados que a legitime como discurso constituinte. Enunciados que passam a obedecer a ordem da instituição (suas regras, seus códigos).

> Portanto, é a relação entre prática discursiva e instituição que responde pela materialidade do enunciado, o que requer que se considere o discurso não como um conjunto de signos, mas como uma prática que abarca regras determinadas historicamente (SARGENTINI & NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 111)

Por isso que ao estudar sobre a construção do discurso, o debate sobre essas regras historicamente determinadas são fundamentais porque estabelece um questionamento sobre esse poder que a literatura tem hoje. Um poder que foi construído por homens em um determinado período e que pode ser estudada como uma prática discursiva e com um suporte específico para a divulgação de seu enunciado: o livro. E isso foi possível diante de uma sociedade que instituiu o que vem a ser literatura, diante de um feixe complexo de relações que envolvem não apenas as instituições, mas também, "processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação" (ARAÚJO, 2004, p. 221). Por isso Foucault especificar que a literatura não se constitui a partir do silêncio e do que não pode ser dito. Foi exatamente por não ter deixado de falar e de fazer com que seus enunciados circulassem que ela fala até hoje e está aí a viabilidade da construção desse enunciado: ele se conserva e se transmite a partir do momento que "as pessoas repetem, reproduzem, transformam, para os quais se traçam percursos preestabelecidos e aos quais se dá um estatuto na instituição" (MACHADO, 2001, p. 233).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR & SILVA. Vitor Manuel de Aguiar e Silva. **Teoria da Literatura**. 3 edição. Livraria Almedina. Coimbra. 1973

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo:Parábola Editorial, 2004.

BLOOM, Harold. **Uma elegia para o cânone**. In: _____. O Cânone Ocidental – Os livros e a Escola do Tempo. Editora Objetiva. 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

BOURDIEU. Pierre. **Gênese de uma estética pura**. O Poder simbólico. 3 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo. Edições Loyola, 1999.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

SILVA, Nadilson Manoel da. **Fantasias e Cotidiano nas histórias em quadrinhos**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.